

Sumário

Prefácio	XI
Introdução	1
1. Estado e Administração Pública	5
1.1. Estado e Administração Pública	5
1.1.1. Do Estado Natural ao Estado Moderno: Uma Visão Segundo a Evolução dos Direitos Individuais e Coletivos	5
1.1.2. Administração Pública e as Pessoas: O Funcionário Cidadão e o Cidadão Funcionário: Deontologia e Ética no Desempenho da Função ou Cargo Público.....	13
2. Serviço Público e Religiosidade: um Desafio para a Administração Pública	23
2.1. Religiosidade e Liberdades	27
2.2 Trabalho, Religião, Religiosidade e a Gestão de Pessoas no Setor Público	38
2.2.1. Religiosidade e Trabalho: Uma Análise Sobre a Possível Influência da Espiritualidade	38
2.2.2. Espiritualidade e Atividades Humanas Voltadas ao Trabalho	40
2.2.3. Impossibilidade de Dissociação do Indivíduo da Religião, Mesmo no Contexto de Trabalho.....	43
2.2.4. Possibilidade do Uso da Espiritualidade e da Religiosidade no Ambiente de Trabalho	46

2.2.5. A Atividade Laboral na Área Pública e a Religiosidade no Ambiente de Trabalho	49
2.2.6. A Mensuração da Motivação e do Desempenho dos Praticantes de Religião no Serviço Público e Atividades Públicas – Análise Crítica.....	55
2.2.7. O Grande Desafio da Manifestação da Religiosidade para a Gestão de Pessoas na Administração Pública	58
2.2.8. A Prática da Gestão de Pessoas no Setor Público e a Liberdade Religiosa em Portugal e na União Europeia – uma visão com base na legislação vigente.....	64
2.2.9. O Servidor Público no Brasil: Uma Contextualização e a Análise da Religiosidade no Desempenho do Trabalho	69
3. Efeitos na Gestão de Pessoas na Administração Pública e na Sociedade Devido a Lacuna Jurídica em Liberdade Religiosa no Brasil, Comparada com a Legislação Portuguesa Vigente	99
3.1. Breve Digressão Histórica Sobre a Liberdade Religiosa	100
3.2. A Prática da Liberdade Religiosa e o Estado: Comparação Entre Brasil e Portugal e a Lacuna Jurídica Brasileira	109
3.2.1. A Lei de Liberdade Religiosa de Portugal e Sua Proteção	118
3.2.2. Efeitos da Lacuna Jurídica na Sociedade e no Desempenho do Cargo Público no Brasil.....	121
3.3. Análise do Posicionamento dos Tribunais Superiores no Brasil e em Portugal Sobre Trabalho no Setor Público e Liberdade Religiosa.....	123



3.4. Necessidade de Flexibilização das Relações de Trabalho no Contexto da Administração Pública para Casos de Negativas de Consciência e Crença	140
Considerações Finais	143
Bibliografia	149
Outras fontes	159

